Entre a vida vivida e a vida contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica

Ana Maria Brandão*

Resumo

A entrevista de história de vida levanta questões teóricas e epistemológicas particulares. A análise e interpretação da informação recolhida através desta técnica de entrevista são encaradas por alguns autores como uma forma de legitimação das explicações comuns. Aceitando a existência de limites característicos a esta técnica, é preciso notar que este tipo de posição parte frequentemente de uma visão parcial e particular dos modos "adequados" de fazer ciência. Neste artigo, pretende-se debater, tomando como exemplo um estudo de casos já concluído, as virtualidades e limites da entrevista de história de vida como técnica principal de recolha de informação, procurando mostrar como, a partir de narrativas individuais, é possível ultrapassar quer as explicações comuns, quer o nível de análise microssociológico.

Introdução

O recurso à história de vida como matéria-prima do trabalho sociológico é habitualmente feito remontar ao estudo inaugural de Thomas e Znaniecki, *The Polish Peasant* (1918-1920). A história de vida faz, pois, parte de uma tradição que procura dar conta das influências socioculturais naquilo que o indivíduo é e faz, inserindo-se na linha das metodologias qualitativas de investigação social, sobretudo quando é usada como técnica principal de recolha de dados.

De uma certa forma, uma história de vida é sempre individual e única – a história de um indivíduo particular contada a partir da sua perspectiva e à luz da sua experiência. Ela está, portanto, sempre imbuída da subjectividade própria do narrador, que não procede, nessa qualidade, ao mesmo tipo de operações que o investigador leva a cabo para construir e/ ou aferir a validade de uma teoria. Aquilo que o narrador transmite é uma visão particular do mundo e de si próprio – a sua –, assente no conhecimento espontâneo que detém de ambos.

* Socióloga, Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Porque se trata da sua própria vida, e na medida em que a posse de uma história acerca de si próprio é um elemento central de sustentação do Eu, a história de vida não se refere unicamente a um conjunto de factos e à relação entre eles, mas inclui o investimento emocional do narrador. De uma certa maneira, contar a própria história é uma forma de reviver os eventos que se recorda e é também um re-experimentar os sentimentos e as emoções que lhes estão associados. Neste sentido, uma história de vida não constitui – não pode constituir – um relato objectivo e exaustivo dos eventos ocorridos na vida do narrador, nem exterior a eles. Ela não é nunca um relato desinteressado, pelo contrário, é um relato dotado de uma afectividade particular justamente porque é através dele que o actor se reconta e se reafirma como entidade distinta das demais.

São, justamente, estas características que levam alguns autores a questionar o valor da história de vida para a construção do conhecimento sociológico. A razão de ser destas críticas está ligada à defesa de uma forma particular de fazer ciência no âmbito da qual a história de vida surge, quando muito, com um estatuto exploratório e cujos frutos devem ser submetidos a um processo de demonstração caracteristicamente positivo e dedutivo.

Neste artigo, partindo do questionamento dos pressupostos em que assenta o modelo científico hegemónico, discute-se até que ponto a história de vida pode ser utilizada como técnica principal de pleno direito e em que medida o método de casos pode presidir a investigações não apenas de carácter exploratório, mas também sustentar um trabalho de afinamento e construção teóricos. Para o efeito, são usados dados empíricos de um projecto de investigação já concluído[1], incidindo sobre os processos de construção social da identidade de um conjunto de mulheres e, em especial, sobre a articulação entre as suas identidades sexuais e de género.

1. Sobre o estatuto sociológico da singularidade e do conhecimento comum

A primeira questão sobre a qual o investigador tem que se interrogar se pretende recorrer à história de vida como material fundamental de investigação sociológica é a de saber qual o estatuto a atribuir ao conhecimento comum. Dito de outro modo, qual o valor sociológico que o conhecimento produzido e partilhado pelos próprios actores que são objecto de investigação possui? A segunda questão é a de saber exactamente o que é que a história de vida permite – e não permite – saber acerca dos fenómenos que pretende estudar, na medida em que, como qualquer outra técnica de investigação social, também esta possui potencialidades e limitações próprias. Subjacente a estas duas interrogações, e devido às características próprias da história de vida – nomeadamente, a extensão e complexidade da informação que faculta –, encontra-se uma outra, que se liga à escolha do método: a de saber qual o estatuto da singularidade, isto é, do "caso", em Sociologia.

[1] Ana Maria Brandão (2007), *«E se tu fosses um rapaz?» Homo-erotismo feminino e construção social da identidad*e, dissertação de doutoramento em Sociologia, Universidade do Minho.

A herança positivista da Sociologia está notoriamente na origem das críticas à utilização quer do método de casos, quer da história de vida, habitualmente remetidos ao estatuto "menor" de método e técnica exploratórios, respectivamente. Em geral, as acusações dirigidas ao estudo de casos articulam-se em torno de argumentos que remetem para questões de (ausência de) representatividade, fiabilidade e rigor. Estas acusações partem da fé num modelo de ciência positivo e dedutivo, no seio do qual a singularidade adquire um estatuto problemático (Ferrarotti, 1983; Hamel, 1992; Collins, 1992). No seu conjunto, estes argumentos assentam numa espécie de reificação do número, na confusão entre representatividade estatística e representatividade analítica, ou teórica, e na desconfiança face a uma "subjectividade" implícita quer aos procedimentos indutivos levados a cabo pelo investigador, quer à inclusão da subjectividade do objecto de estudo na análise (Becker, 1994; Burgess, 1997; Hamel, Dufour e Fortin, 1993; Yin, 1994). Tácita ou explicitamente, assume-se que o conhecimento científico procede por dedução e o actor é encarado como peão mais ou menos ignorante das determinantes da sua conduta. É neste quadro que a Sociologia é frequentemente apresentada como "a inimiga do eu" (Touraine, 1982: 157).

Ora, nunca é demais sublinhar, a este propósito, que, para além do facto evidente de os números serem, eles próprios, uma elaboração conceptual, os dados que é possível organizar através de operações diversas de quantificação não deixam de ter origem no mesmo conhecimento comum a que os defensores do método de análise extensiva pretendem negar validade sociológica, nem de depender da fidedignidade da informação transmitida pelos actores. Por outras palavras, não há Sociologia que não passe pelo indivíduo, qualquer que seja a forma como o faz, e, independentemente do procedimento de inquérito adoptado, em última análise, quer a subjectividade, quer a vontade deste de cooperação genuína estão sempre em causa.

Estas críticas podem parecer particularmente plausíveis quando está em causa a utilização da história de vida como técnica principal de recolha de dados. Podemos definir uma história de vida como a história que uma pessoa decidiu contar acerca da vida que viveu, aquilo que ela recorda desta e aquilo que ela quer que os outros saibam acerca dela, em suma, a essência narrativa do que lhe aconteceu (Atkinson, 2002: 152). Isto significa que, ao narrar a sua história, o actor sempre omitirá, voluntária ou involuntariamente, aspectos e eventos que poderiam ser relevantes do ponto de vista sociológico. Porém, não existe razão objectiva para considerar que o mesmo não aconteça quando se recorre, por exemplo, ao questionário. Também aqui se está dependente da memória e da vontade do inquirido, da sua capacidade de compreensão das questões que lhe são colocadas e das suas representações do mundo. Compete, na verdade, ao investigador a concepção dos instrumentos de recolha de dados, quaisquer que eles sejam, pelo que, do mesmo modo que os indicadores que sustentam as questões de um questionário foram alvo de uma aferição prévia que não depende do inquirido, as questões contidas num guião de entrevista de história de vida foram previamente formuladas pelo investigador, de acordo com o conhecimento teórico produzido acerca dos fenómenos que pretende analisar.

A produção de conhecimento sociológico, independentemente da metodologia adoptada, não se cinge, entretanto, ao controlo dos procedimentos operacionais de

recolha empírica. Ela implica a detecção e elaboração de relações conceptuais que estão para lá do alcance do actor, nomeadamente pela interpretação dos elementos fornecidos por este a partir do conhecimento da posição que ocupa no espaço social e da sua relação com o contexto em que se insere. Reconhecer que o senso comum possui valor científico – no sentido em que pode servir de base ao trabalho do sociólogo – não deve, pois, confundir-se com a aceitação da explicação comum, ou com a sua eleição ao estatuto de explicação científica (cf. Pinto, 1990: 10).

A questão de saber como pode a experiência individual e subjectiva servir de fundamento a uma teoria que se pretende universal é, na verdade, puramente retórica, pois a experiência subjectiva nunca é exclusivamente individual: ela traduz também uma experiência comum, chamemos-lhe social ou colectiva (Hoerning e Alheit, 1995). Se devemos acreditar que até no nosso acto mais individual e solitário a nossa sociedade está presente (cf. Durkheim, 1996), é ainda através da nossa consciência e da nossa experiência individuais que ela se manifesta. Através do individual é possível chegar à compreensão do modo como o universal se manifesta na singularidade, pois, como sublinha Lahire (2005: 14), estudar o social individualizado é estudar a realidade social na sua forma incorporada, interiorizada, permitindo compreender como é que a realidade "exterior", através da experiência socializadora, se faz corpo.

Mas este individual tem também um contributo para o colectivo. A preocupação com o rigor e a objectividade científica não deveria levar o sociólogo a esquecer as características únicas do seu objecto de estudo, que não constitui uma tábua rasa onde o social inscreve os seus dados, mas é, pelo contrário, dotado de capacidade reflexiva e de vontade própria. Vale a pena recordar que, como assinalam Thomas e Znaniecki (1958: 38), existe "uma diferença essencial entre a realidade física e a realidade social, pois ao passo que o efeito de um fenómeno físico depende exclusivamente da natureza objectiva desse fenómeno e pode ser calculado com base no conteúdo empírico deste, o efeito de um fenómeno social depende, além disso, do ponto de vista subjectivo assumido pelo indivíduo ou pelo grupo face a esse fenómeno e só pode ser calculado se conhecermos não só o conteúdo objectivo da causa presumida, mas também o significado que possui num determinado momento para certos seres conscientes. Esta simples consideração deveria ter mostrado ao teórico ou ao técnico social que uma causa social não pode ser simples, como uma causa física, mas é composta, e tem que incluir tanto um elemento objectivo, como um elemento subjectivo".

A representatividade dos casos analisados – e, portanto, o valor sociológico dos dados recolhidos – não assenta, nem pode ser avaliada em termos meramente estatísticos, procedimento característico das metodologias quantitativas. São as suas qualidades teóricas e metodológicas – em particular, a sua ligação à natureza do fenómeno investigado – que determinam o seu valor em termos de representatividade – no caso, sociológica (Hamel, Dufour e Fortin, 1993; Yin, 1994) –, não a sua relação quantitativa com um universo que, aliás, não é, muitas vezes, passível de ser determinado[2].

[2] Não deixa, aliás, de ser curioso que os defensores das metodologias quantitativas pareçam esquecer-se do exemplo das ciências duras em que, supostamente, se inspiram, pois, como sublinha Houle (1986: 43), "Como a história terá demonstrado, a maçã do senhor Newton era representativa. Não havia amostragem necessária, nem saturação obrigatória; o valor da explicação era teórico e metodológico. Para partilhar de tais visões, não é preciso ser-se neo-positivista newtoniano"...

Cada caso pode, assim, ser visto como uma espécie de protótipo, caracterizando-se a singularidade pela concentração do global no local e sendo entendido como um facto, uma espécie, ou uma coisa caracterizadora e não como um traço particular de um facto, de uma espécie, ou de uma coisa (Hamel, Dufour e Fortin, 1993: 37-38). A generalização, nos estudos de casos, refere-se, então, não à extrapolação das conclusões para um universo, sob a forma de enumeração de frequências de resultados, mas mais propriamente à expansão e generalização de teorias (Yin, 1994). Aquilo que é sujeito à generalização são as proposições teóricas que os casos analisados ilustram (Bertaux, 1986, 1997; Hamel, Dufour e Fortin, 1993), o que não invalida a necessidade de cumprimento de certas regras de demonstração.

Assim, se o uso de histórias de vida como material empírico primário dificilmente obedece a uma quantificação dos resultados obtidos, o exame da informação obtida permite fazer surgir, gradualmente, regularidades pela saturação das categorias de análise e pela verificação da replicação das proposições teóricas num conjunto de casos singulares escolhidos pela sua ligação ao fenómeno que se pretende estudar. Mas permite explicar, igualmente, as variações que frequentemente escapam às regularidades estatísticas pela inclusão da dimensão individual e subjectiva do actor na própria análise. Neste sentido, arriscaríamos afirmar que se trata de um desses instrumentos metodológicos que, através da reconstituição de um trajecto biográfico particular que apela a contextos de socialização e de acção múltiplos, nos permite, como defende Lahire (2005), captar o "património de disposições" de um indivíduo, a sua pluralidade interna e os seus princípios de (in)coerência.

As tarefas de conceptualização e demonstração obedecem, entretanto, não a um procedimento lógico-dedutivo simples, mas antes a uma relação circular e cumulativa entre dedução e indução, virtuosamente potenciada pelo próprio método de casos, que assenta na utilização conjunta de técnicas diversas – nem todas com um estatuto central –, cujos resultados devem ser concorrentes.

2. Notas teórico-metodológicas de uma pesquisa empírica

A metodologia adoptada na investigação em causa assumiu um carácter eminentemente qualitativo e tomou como objecto teórico os processos de construção social da identidade pessoal – particularmente no que se refere à sua articulação com e entre sexualidade e género –, captados a partir dos pontos de vista de um conjunto de mulheres, através dos quais foi possível explicitar a presença de condicionantes sociais mais vastas. A investigação organizou-se, portanto, em dois eixos: por um lado, uma análise do modo como o homo-erotismo[3] se constituiu como categoria problemática

[3] Entendemos por homo-erotismo a presença de um acto, de um desejo, ou de uma preferência erótico(a) entre ou por indivíduos do mesmo sexo, respectivamente, exclusivamente ou não, abarcando subcategorias e contingentes populacionais diversos e independentemente das identidades reclamadas por ou atribuídas aos indivíduos em causa. De acordo com Brooten (1996), de cuja obra derivamos o conceito de homo-erotismo, este entendimento permite cobrir – e, portanto, estabelecer comparações – entre épocas históricas e sistemas de classificação social diversos, ao contrário do conceito de homossexualidade, aplicável exclusivamente às sociedades modernas onde a preferência erótica veio a sustentar um sistema de classificação social particular que simplificadamente distingue os indivíduos em heterossexuais, bissexuais e homossexuais.

– "a homossexualidade" – e "o homossexual" e "a lésbica", parafraseando Foucault (1994), transformados em espécies; por outro, o propósito central de dar conta dos processos através dos quais estas categorias podem assumir a forma de identidades "reais" e o homo-erotismo tomado como elemento estruturante da identidade pelos próprios actores.

Estas tarefas implicaram operar, por assim dizer, a dois níveis de análise distintos – um macrossociológico, outro mais propriamente microssociológico –, tendo em vista a compreensão dos seus pontos de intersecção. Partiu-se, então, de um modelo teórico de análise dos fenómenos identitários onde se consideraram três dimensões fundamentais: uma dimensão estrutural, incluindo uma pluralidade de discursos e representações sobre o género e a sexualidade; uma dimensão institucional, onde se incluem agências diversas encarregadas de difundir os conteúdos desses discursos e essas representações e de assegurar a conformidade aos seus pressupostos através da socialização; uma dimensão microssocial, relativa aos contextos particulares de socialização e interacção individuais.

As identidades pessoais são construídas em contextos socioculturais particulares no âmbito dos quais os actores se servem de um conjunto de recursos que lhes permitem aceder a uma existência pessoal e social reconhecida. No caso particular do homo-erotismo, está, nomeadamente, em causa, um conjunto de representações e discursos produzidos em domínios tão diversos como o religioso, o científico e o político, que enformam sistemas de classificação social particulares. É no âmbito destes discursos, umas vezes complementares, outras conflituais, que se joga a construção das identidades pessoais e, por isso, falamos em construção social da identidade. Eles estabelecem, por assim dizer, limites não só à acção individual, mas também à percepção da realidade, nomeadamente porquanto estabelecem universos de sentido e sistemas de classificação social específicos no âmbito dos quais o actor procede a atribuições de sentido à sua prática e às dos outros. É neste contexto que as identidades sexuais e de género[4] são incorporadas através da mediação de agentes de socialização como a escola, a família ou os grupos de pares, apenas para referir alguns exemplos.

Sendo a dimensão estrutural e institucional um aspecto importante dos fenómenos identitários, existe, no entanto, outra dimensão a que importa atender e que é, justamente, a do actor, que se espera que incorpore as identidades propostas, mas que não só nem sempre o faz, como, quando o faz, nem sempre o faz nos moldes presumidos. O saldo deste trabalho identitário pode, portanto, assumir configurações distintas. Digamos, então, que, neste sentido, entendemos, como Collins (1992: 81), que a estrutura tanto pode existir aos níveis micro, como macro. Mas também que a estrutura não é tudo. Temos, ainda, que adicionar à análise a reflexividade do actor e a sua capacidade/ necessidade de efectuar escolhas, ambas ligadas ao facto de nenhuma sociedade constituir um todo integrado, sendo, antes, composta por diversos

[4] A identidade de género refere-se ao "sentido subjectivo do *self* de um indivíduo como sendo masculino ou feminino" (Appleby e Anastas, 1998: 52-53), ao passo que a identidade sexual se refere à auto-rotulagem como heterossexual, lésbica, gay ou bissexual (Reiter *apud* Appleby e Anastas, 1998: 49).

submundos ou esferas de existência relativamente autónomos e, por vezes, conflituais, condição necessária para produzir um certo desligamento face à ordem instituída.

Como sublinha Grell (1986), quando se trabalha com histórias de vida, há duas armadilhas que importa evitar: o sociologismo e o psicologismo. O primeiro refere-se a uma concepção do actor que o reduz às suas determinantes sociais, uma marioneta passiva que se ajusta mecanicamente às mudanças que se vão gradualmente produzindo; o segundo, ignorante dessas mesmas determinantes, toma o actor como átomo isolado e plenipotente. Recusando ambas as perspectivas, assumiu-se, pelo contrário, que o objecto de estudo da Sociologia tem como característica distintiva a capacidade de se distanciar face à realidade imediata em que se move, de julgar, e que a atribuição de sentido e a necessidade de fazer escolhas são inerentes à prática social, ainda que operem dentro de limites e sob condicionantes que estão frequentemente fora do seu alcance.

A escolha das histórias de vida como material primário da investigação prendeu-se, antes de mais, com a sua pertinência face aos fenómenos que se pretendia estudar. Há uma ligação íntima entre história de vida e identidade. Ter uma identidade, ser-se alguém, implica não só ter uma história, mas também ser-se capaz de dar conta dessa história. É através de uma história acerca da sua vida e do acto de a narrar que o indivíduo se produz como sujeito da sua própria acção e readquire permanentemente um sentimento de unidade, continuidade e unicidade. O que está em jogo entre a vida vivida e a vida contada é, então, o Eu e esta possibilidade de dizer "Eu", porque é através da organização da vida numa história que é possível, como nota Atkinson (2002: 132-133), responder a três questões: Quem sou eu? Como é que eu sou? Por que é que eu sou?

Assim como a identidade se joga entre singularidade e similaridade, também a história de vida traduz, ao mesmo tempo, a verdade subjectiva do seu narrador e o modo como essa verdade é produzida em momentos e contextos históricos e sociais particulares. Ela permite ao actor organizar e atribuir sentido à sua experiência e à sua existência, estabelecendo e desvendando, simultaneamente, a sua pertença a uma comunidade, a uma cultura, a grupos e/ ou a classes particulares (Atkinson, 2002; Bertaux, 1996; De Gaulejac, 1995). Relatos individuais e singulares, as histórias de vida servem-se dos recursos que cada sociedade e cada cultura põem à disposição dos seus membros para organizarem a sua experiência e fundarem a sua identidade. É por esta razão que, cruzando narrativas singulares, acedemos tanto à diferença, como à similaridade. O recurso às histórias de vida permite-nos alcançar a perspectiva única de um indivíduo e aquilo que constitui a sua verdade e a sua realidade; as perspectivas que ele partilha com outros e que constituem as suas realidades e as suas verdades partilhadas; o modo como essas perspectivas e essas verdades se ligam a um contexto, uma situação, uma posição e/ ou uma história comuns; os elementos a partir dos quais e através dos quais essas realidades, perspectivas e verdades são negociadas, construídas, partilhadas e justificadas (Atkinson, 2002; Bertaux, 1996; Denzin, 1989).

O actor poderá saber pouco sobre as determinantes sociais da sua conduta e do seu ser, mas sabe alguma coisa acerca da sua vida e da realidade com que lida todos

os dias, traduzindo nas suas respostas e nas suas narrativas, simultaneamente, aquelas determinantes e este conhecimento. O trabalho do investigador passa pelo estabelecimento das ligações e das lógicas que o actor não vê – na verdade, não lhe compete ver – a partir da informação que este lhe transmite, situando-a no complexo das relações sociais que a enformam. Mas este procedimento implica também considerar a trajectória e a história de vida particular de cada actor porque é à luz destas que é possível dar conta das suas condutas e das suas representações do mundo.

A história de vida pode, pois, ser encarada como um desses procedimentos que podem ser usados para ilustrar não propriamente os tipos-ideais, ou os tipos exemplares, mas aquilo que são, provavelmente, "os casos «reais» maioritários", as "situações «médias»", "mistas, ambivalentes", e o modo como a pluralidade interna do actor, ela própria resultante da multideterminação social, e a sua pertença a diferentes mundos, contextos ou situações, produzem condições favoráveis à produção de "trajectórias improváveis" (Lahire, 2004). De facto, como assinalam Digneffe e Beckers (1997: 209-210), a história de vida permite captar o que escapa às estatísticas, às regularidades objectivas dominantes e aos determinismos macrossociológicos, tornando acessível o particular, o marginal, as rupturas, os interstícios e os equívocos, elementos fundamentais da realidade social, que explicam por que é que não existe apenas reprodução, e reconhecendo, ao mesmo tempo, valor sociológico no saber individual. E é neste aspecto que as metodologias qualitativas se distinguem, verdadeiramente, do modelo científico hegemónico: reconhecendo que o saber científico se não confunde com o saber comum, assumem, igualmente, que este deve ser incluído na análise se se pretende verdadeiramente perceber como o social e o individual se recriam mútua e constantemente.

Neste sentido, o quadro teórico de partida foi encarado, desde o início, essencialmente como um guia flexível para a recolha empírica, o que significa que se esperava que, através desta, fosse possível uma compreensão dos pontos de ligação das dimensões indicadas que conduzisse ao seu afinamento progressivo, permitindo incluir na análise o sentido atribuído pelos actores às suas práticas e ao mundo que os rodeia. Esta tarefa implicou o recurso a diferentes técnicas de investigação social e, portanto, à construção de instrumentos de recolha de dados distintos cujos resultados parciais tiveram que ser sucessivamente articulados de modo a produzir uma visão de conjunto dos fenómenos em estudo. Tratou-se, como afirma Becker (1986, 1994), de reconstituir um mosaico complexo, encaixando cada uma das peças que o compõem. Mas, ao contrário do puzzle que se adquire já com uma estrutura predefinida, a recolha empírica obriga, por vezes, a repensar todo o edifício porque há uma peça cujo recorte não se harmoniza inteiramente com aquelas que já se encontram montadas. O modelo explicativo final obtém-se, portanto, através de um progressivo ajustamento entre teoria e empiria.

Para além das técnicas clássicas de análise documental, recorreu-se, igualmente, à observação directa, ao questionário e à entrevista. A análise documental incidiu não só sobre a literatura científica especializada sobre o tema, mas também sobre fontes jurídicas (códigos e textos de jurisprudência), clínicas, jornalísticas, documentos pro-

duzidos por associações gays e lésbicas, e obras de ficção. Se o propósito essencial das primeiras foi o de enquadrar a temática em apreço, estabelecendo, nomeadamente, as suas dimensões fundamentais de análise, o das segundas foi o de fazer emergir as representações comuns (dominantes e dissidentes) do homo-erotismo, especialmente no caso da sociedade portuguesa.

A observação, de carácter não estruturado, foi levada a cabo em espaços de sociabilidade gays e lésbicos, e *gay and lesbian-friendly*, essencialmente com dois objectivos: aceder a informantes privilegiados, que se revelariam essenciais à localização e abordagem de potenciais entrevistadas; e proporcionar uma certa familiaridade com as problemáticas e a gíria características do meio gay e lésbico. Visto que certos grupos "acredita[m] que o segredo é a melhor política e [agem] segundo esta norma", tendendo, pela mesma razão, "a gerar uma linguagem especial" (Becker, 1994: 164-165), esta estratégia foi também fundamental para a compreensão e interpretação dos dados das entrevistas.

A técnica fundamental da investigação foi, no entanto, a entrevista semi-directiva, de carácter exploratório, e de história de vida. A entrevista semi-directiva foi aplicada a dirigentes de associações gays e lésbicas nacionais, visando, essencialmente, traçar uma história e uma caracterização do associativismo e das comunidades gays e lésbicas nacionais. Foi, igualmente, fundamental para aceder a informação produzida pelas próprias associações, parte da qual não é do domínio público. A preocupação em abarcar estes aspectos prendeu-se não só com a prática ausência de investigação neste domínio em Portugal, mas também com o facto de estas associações produzirem um dos mais importantes discursos sobre o homo-erotismo que enformam os processos de construção identitária, contribuindo para a naturalização de categorias sociais específicas, e que, sob alguns aspectos, têm contribuído para produzir uma deslocação dos quadros normativos.

Foi, porém, a entrevista de história de vida a produzir o acervo fundamental de informação que se pretendia trabalhar. A entrevista obedeceu ao cumprimento de duas regras fundamentais enunciadas por Becker (1994: 165): perguntar *como* e não *porquê*; e incluir as apreciações subjectivas dos eventos, isto é, o que a pessoa entrevistada pensou/ pensa e sentiu/ sente. A conformidade à estratégia preconizada pelo autor explica-se por um conjunto de razões: primeiro, porque como se tratava de traçar as linhas de um *processo* e reconstituir percursos de vida, perguntar *como* afigurava-se mais adequado do que perguntar *porquê*; segundo, porque perguntar *porquê* conduz, geralmente, o entrevistado a uma explicação assente nos vocabulários de motivos disponíveis – portanto, mais fortemente imbuída de um carácter ideológico ou mitológico –, além de transferir para este o trabalho analítico do entrevistador (idem: 163-165); finalmente, porque os aspectos subjectivos das vivências dos actores são uma parte importante dos seus processos de construção identitária, sobretudo numa sociedade globalizada onde a identidade está intimamente ligada ao "projecto reflexivo do *self*" (Giddens, 1997).

Recorreu-se também à aplicação de um questionário de administração directa às mulheres que constituíram o objecto empírico principal da investigação com o objectivo de proceder à sua caracterização sociodemográfica em função de um conjunto de

variáveis que se prefiguravam, à luz do quadro teórico definido, relevantes em termos explicativos, a saber: idade (tomada não só como indicador do processo de maturação sociopsicológica, mas também de pertença geracional); escolaridade e área de formação, quando aplicável (tomadas como indicadores de acesso a recursos discursivos e a contextos de socialização distintos); origem geográfica (tomada como indicador de acesso a recursos discursivos e a contextos de socialização distintos); origem e lugar individual de classe (tomados como indicadores de trajectória, bem como de acesso a recursos discursivos e a contextos de socialização distintos).

No total, foram entrevistadas dezoito mulheres, todas residentes na região Norte do país (distritos de Braga e Porto) à data da entrevista, distribuídas por três grupos geracionais distintos, a saber: um cuja juventude e início da idade adulta tiveram lugar anteriormente ao 25 de Abril de 1974; outro, cuja juventude e início da idade adulta foram vividos posteriormente a essa data, mas ainda no período de transição correspondente à fase de estabilização da democracia portuguesa; finalmente, um grupo de jovens adultas nascidas já durante a década de oitenta. No que respeita à origem de classe[5], as entrevistadas distribuem-se entre Operariado Industrial (OI), Empregados Executantes (EE), Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE) e Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL), com graus de escolaridade variando entre o antigo 7.º ano dos liceus e a licenciatura[6].

As variáveis sociodemográficas indicadas, cruzadas com os conteúdos das entrevistas, com as características de cada história de vida individual e com o quadro teórico, permitiram encontrar elementos de regularidade que abriram pistas conceptuais e contribuíram para sustentar a interpretação dos resultados. Um aspecto importante desta tarefa é a exposição das conclusões propostas pelo investigador em contraste com aquelas que são avançadas pelos próprios actores, que devem ser compreendidas e explicadas no âmbito dos contextos em que ocorrem, isto é, a partir das relações sociais que as constituem; outro é a sua confrontação com os resultados obtidos pelos estudos de outros investigadores (Hamel, Dufour e Fortin, 1993; Yin, 1994). Ambos os procedimentos exigem a explanação das cadeias lógicas de raciocínio e demonstração, de tal modo que o leitor seja capaz de chegar (ou não) às mesmas conclusões. Por isso, tanto a presença de um quadro teórico rico, como a descrição, compreensão e eventual explicação dos fenómenos estudados em articulação com aquele constituem uma das características distintivas do método adoptado.

Refira-se, ainda, que, em diversos momentos, os dados empíricos que foram sendo gradualmente obtidos conduziram ao aprofundamento de aspectos e dimensões teóricos que não haviam sido inicialmente considerados, ou que se havia pressuposto serem marginais para a investigação.

[5] A origem de classe foi determinada de acordo com os critérios definidos por Machado, Costa, Mauritti e Martins *et al.* (2003).

[6] No conjunto, os casos analisados apresentam uma sobre-representação do segundo grupo geracional, dos Profissionais Técnicos e de Enquadramento e das licenciadas, o que pensamos estar ligado, por um lado, ao próprio processo de localização das mulheres a entrevistar (foi usado o procedimento em bola de neve) e a características específicas das comunidades lésbicas a que pertencem, que indiciam a presença de fronteiras mais ou menos claras entre grupos de sociabilidade não (ou pouco) comunicantes entre si.

3. A construção de um modelo explicativo das identidades: alguns exemplos

Tanto o guião de entrevista de história de vida utilizado[7], como o tratamento dos dados obedeceram a uma adaptação dos pressupostos da *grounded-theory*, que poderíamos definir sinteticamente como uma actividade simultânea de análise e conceptualização. O propósito central da *grounded-theory* é mais o de descobrir as categorias de análise relevantes e a relação entre elas do que o de testar a relação entre categorias predefinidas, o que significa que a aplicação de uma teoria à interpretação dos resultados está dependente da sua adequação à própria história e emerge desta (Strauss e Corbin, 1990). Isto implicou proceder a uma análise exaustiva dos conteúdos de cada entrevista, que passou pela sua codificação frase a frase até se chegar à elaboração de categorias de análise progressivamente mais gerais que se articularam num modelo explicativo final. Cada entrevista foi sujeita a este processo logo após a transcrição e os resultados parciais obtidos foram sendo subsequentemente aprofundados na entrevista seguinte, de forma a garantir a saturação da informação e a testar a pertinência e a articulação das categorias entretanto definidas, bem como a relação entre elas.

Importa salientar que se se pretende proceder à explanação de uma teoria que ilustre os pontos de intersecção entre o macro e o microssociológico, entre a explicação que recorre às variáveis externas ao actor e a compreensão dos significados que este atribui à sua vida e à sua acção, as características do guião de entrevista são fundamentais. É ponto assente que a mera presença de uma questão pode conduzir a uma imposição de problemática. Aquilo que é pertinente aos olhos do investigador pode, por outras palavras, não só não o ser aos olhos do actor, como inclusivamente levá-lo a discorrer sobre temáticas e em termos que lhe são estranhos. A formulação das questões e a linguagem utilizada, além de poderem distar dos quadros de referência e do vocabulário deste, podem dificultar a compreensão do que é perguntado e não se ajustar à sua visão de si próprio e do mundo.

Se isto constitui um problema para qualquer investigação, ainda o é mais quando se pretende incluir na análise o contributo do actor. No caso particular desta investigação, estava, além disso, em causa uma dimensão particular da identidade erigida em sustentáculo de um sistema de categorização social que não se limita a diferenciar as pessoas de acordo com o objecto do seu desejo erótico, como também procede à sua (des)classificação em termos de valor pessoal e social.

Nas sociedades modernas, há um conjunto de pressupostos aceites quanto à definição identitária dos indivíduos: assume-se que a posse de certos atributos, nomeadamente os órgãos sexuais externos, assim como alguns outros traços morfológicos, se traduz numa determinada identidade de género e que esta corresponde a uma determinada identidade sexual. O género aparece, portanto, como o traço externo e visível da identidade sexual, marcando, em primeiro lugar, o corpo e a consciência e moldando-os segundo um princípio de (des)equilíbrio que sustenta o próprio padrão da heterossexualidade. Uma parte da socialização refere-se, pois, à aprendizagem das escolhas "adequadas" em termos de objecto sexual (Gagnon e Simon, 1977; Ponse,

[7] Adaptado de Charmaz (2002).

1978; Troiden, 1988), firmando, ao mesmo tempo, um modelo de vida segundo o qual a determinados momentos da trajectória biográfica do indivíduo corresponde a ocorrência de determinados eventos, como sejam o namoro, o casamento e a maternidade/ paternidade – heterossexuais e, geralmente, por esta ordem.

As nossas sociedades pautam-se pelo princípio da "heterossexualidade compulsória" (Rich, 1980), especialmente durante a socialização primária, apenas intermitentemente revelando a presença de modelos alternativos de vivência dos afectos e da sexualidade e, ainda assim, geralmente de forma depreciativa. Este quadro normativo tem consequências várias: por um lado, elimina do horizonte dos possíveis, ou, pelo menos, torna difícil imaginar modelos alternativos de relacionamento amoroso, erótico e sexual. Por outro lado, e por essa mesma via, as instituições sociais e as agências de socialização exercem pressão no sentido do que se considera ser a conduta "normal", associada às expectativas em que assentam os processos de interacção social mais corriqueiros. Aquele percurso, que se pode considerar ideal-típico, constitui, então, o padrão face ao qual a conduta própria e alheia é avaliada, orientando-a.

Este é o pano de fundo que se encontra presente em todas as histórias de vida recolhidas, equacionado não propriamente nestes termos, mas no reconhecimento, por parte da maioria das mulheres entrevistadas, de que os seus namoros (heterossexuais) iniciais corresponderam, como afirma Margarida (33 anos, origem de classe: EE), ao facto de terem "inicialmente, segui[do] aquilo que supostamente devia[m] seguir". Ao falarem das suas primeiras relações amorosas, está presente tanto a ideia de que há um momento em que não só é suposto terem um namorado, como também a de que namorar (com um rapaz) é um sinal de "normalidade", de conformidade às expectativas pessoais e sociais. Essas expectativas fazem-se sentir, por vezes, de forma bastante directa, nomeadamente através das atitudes dos outros – em especial, dos "outros significativos" –, como se depreende das palavras de Margarida quando declara que "Só faltava eu!", razão pela qual os seus amigos "Até quase me arranjaram um namorado!". Frequentemente, aliás, elas continuam a fazer-se sentir ao longo da vida, às vezes de forma bastante cruel, designadamente através da insinuação, um instrumento de regulação social extremamente eficaz ao gerar e/ ou acentuar no indivíduo a ideia de que a sua conduta não corresponde ao esperado.

Estas mulheres representam, exactamente por não seguirem o trajecto de vida previsto – casar e ter filhos –, uma fuga à norma que se traduz, muitas vezes, numa desvalorização social, sobretudo em meios sociais onde o valor da mulher está essencialmente ligado àqueles aspectos. Alexandra (37 anos, origem de classe: EDL) refere-se, justamente, a esse sentimento de ausência de valor quando recorda uma Páscoa em que um dos seus tios "começou nas brincadeiras que ele tem: «Aqui o Pedro está casado! Dois filhos! O João anda aí com a namorada para cima e para baixo... A Fátima já tem uma criança. A Cristina está casada... Esta?! Esta, ninguém a quer!» Na minha casa, com os meus pais presentes!".

É neste contexto que o reconhecimento de sentimentos homo-eróticos constitui, geralmente, um "momento crítico" ou "decisivo", definido como uma fase "em que as coisas se desconjuntam, em que um dado estado de coisas se vê subitamente alterado

por uns tantos acontecimentos-chave" (Giddens, 1997: 105). Um momento crítico representa, portanto, uma encruzilhada, um momento em que estão em jogo várias coisas e em que o rompimento com a "atitude natural" gera condições particularmente favoráveis à reflexividade, ao questionamento e a uma certa desorganização interior e da conduta (Schütz, 1962, 1964; Strauss, 2002).

Socializadas nos princípios que definem o género em estreita ligação com o exercício da (heteros)sexualidade, a atracção homo-erótica começa, então, por ser sentida, pela maior parte das mulheres, como elemento "anómalo" (Douglas, 1994), ou seja, como não fazendo parte das suas trajectórias de vida esperadas, nem das suas identidades. Porque a identidade assenta, de um modo fundamental, em sentimentos de continuidade e coerência, a integração do elemento estranho desencadeia um trabalho destinado a situá-lo a ambos os níveis. Neste processo, os dados do contexto são fundamentais porque enformam as possibilidades de leitura dos eventos no momento em que ocorrem.

Sensivelmente a partir do século XIX, emerge o processo de formulação e estabilização de um sistema de classificação social específico que distingue os seres humanos em categorias mais ou menos estanques de acordo com o objecto do seu desejo. É neste quadro que o sexo vem a ser eleito como *locus* da identidade, culminando, mais recentemente, na formulação da noção de "orientação sexual"[8], que distingue os indivíduos em heterossexuais, bissexuais ou homossexuais. Mas a despeito da legitimidade adquirida por este sistema de classificação e pelas teorias que o sustentam, e das transformações sociais que têm permitido a muitos indivíduos viverem (mais) abertamente as suas escolhas, continua ainda a ser um facto que têm que o fazer num mundo dominado pelo princípio da heterossexualidade e organizado em função dos modelos identitários e de vida que lhe estão associados.

A preservação do hetero-erotismo como paradigma "natural" e, portanto, "normal" de vivência dos afectos e da sexualidade acarreta a presença de percepções negativas e estigmatizantes do homo-erotismo, que são captadas nas interacções mais triviais, como quando, por exemplo, "Nós vamos a conduzir – «Ah! Este paneleiro não sai da frente!» // Piadinhas sobre os homossexuais... Montes delas... Vê-se um rapaz que tem uma maneira de fumar menos machona, ou seja, que não fuma ao canto da boca, uma pessoa que fuma normalmente – «Parece um maricas a fumar, porra!» Os próprios pais para as criancinhas: «Ah, o menino não chore, não seja mariquinhas!»" (Paula, 23 anos, origem de classe: EDL)... Nalguns casos, essas mensagens assumem mesmo contornos claramente homofóbicos. Carolina (43 anos, EE) recorda: "Fui criada num meio onde havia muitos tabus. Depois, o meu marido dizia mesmo: «O Hitler é que tinha razão! Os bichas deviam ser todos mortos!»".

Assim, quando uma mulher reconhece os seus sentimentos homo-eróticos, tendem a estar, simultaneamente, em causa uma ruptura com uma certa representação de si própria e a possibilidade de vir a definir-se como lésbica, nos termos da ideologia que

[8] A noção de "orientação sexual" é entendida como "uma característica do indivíduo que descreve as pessoas por quem é atraído para a satisfação das suas necessidades afectivas e sexuais – pessoas do mesmo género, do género oposto, ou de ambos os géneros" (Appleby e Anastas, 1998b: 44).

sustenta este sistema de classificação, o que conduz, geralmente, a um período mais ou menos longo de auto-questionamento e ao conflito interior: "Meu Deus! Como é que eu estou a fazer uma coisa destas?! Eu não tenho nada a ver com isto! Eu não sou homossexual. Eu já namorei com rapazes. Eu gosto de rapazes. Eu sinto-me bem com os rapazes..." (Alexandra, 37 anos, origem de classe: EDL).

É importante notar, entretanto, que, nas narrativas de várias entrevistadas, esse conflito é narrado mais em termos da dificuldade de lidar com os impactos sociais de uma eventual revelação das suas ligações homo-eróticas do que propriamente como um sentimento de estranheza face ao que acreditam ser, sobretudo entre as mais jovens e entre as que são provenientes da fracção dominada da classe dominante. Assim, por exemplo, Sofia (24 anos, origem de classe: PTE) afirma ter "uma vaga ideia de pensar: «Que estranho! Por que é que havia de ser com uma mulher?» E, ao mesmo tempo: «Mas também não tenho por que pôr limites a isso, achar que não pode ser assim...» Tenho a sensação clara de que nunca me senti constrangida pelo facto de ser uma mulher, nem nunca tentei empolar isso...". Apesar disso, reconhece que, em certos contextos – e, no seu caso, sobretudo no profissional –, "existe sempre aquele medo do tipo de avaliação que as pessoas vão fazer disso".

Se esta aparentemente menor interferência do desejo homo-erótico ao nível da identidade pessoal pode indiciar a ocorrência de transformações sociais mais vastas, que têm contribuído, pelo menos, para a coexistência de mensagens depreciativas com outras que visam, pelo contrário, a valorização do homo-erotismo, bem como as características de contextos particulares de socialização, atravessados pela influência da geração e da classe, é preciso não esquecer, ainda, a influência do meio sociogeográfico em que a primeira experiência amorosa com outra mulher tem lugar.

Embora a questão da regulação social não esteja ausente das narrativas de entrevistadas que habitavam em meios urbanos de maior dimensão, é de crer que fosse (e continue a ser) mais sentida em pequenos meios onde o conhecimento interpessoal é maior. Como defende Simmel (2001: 167), quanto mais pequenos os círculos em que os actores se movem, quanto mais próximas as relações entre os seus membros, mais se dissolvem as fronteiras do individual e mais estreito será o espaço disponível "para o desenvolvimento de qualidades individuais e de movimentos livres e auto-responsáveis". A este propósito, Luísa (24 anos, origem de classe: PTE) recorda que, à data da sua primeira paixão, "sentia algum peso das pessoas de fora. Vivia num meio pequeno e, então, sentia-me sufocada... // Numa terra onde todos os habitantes se conhecem, é um bocadinho complicado...".

Uma parte dos conflitos associados ao reconhecimento de uma paixão homo-erótica está, entretanto, ligada à presumida associação directa entre desejo homo-erótico e lesbianismo e ao facto de a possibilidade de uma mulher se vir a definir como lésbica representar uma ameaça identitária, não só pela sua carga estigmatizante, mas também na medida em que o lesbianismo é usualmente encarado como uma alteração de estatuto significativa tanto em termos de condições de vida presentes, como de possibilidades de vida futuras (Plummer, 1996). A percepção deste facto está patente em diversas narrativas. Assim, se, por um lado, o lesbianismo é, por vezes, comparado

a "Uma coisa! Cola e não sai! Portanto, para todos os efeitos, tem alguma coisa que faz lembrar um pouco as doenças" (Alexandra, 37 anos, origem de classe: PTE), por outro, as entrevistadas exibem uma consciência mais ou menos aguda dos impactos futuros de tal rotulagem: "eu tive consciência de que, se satisfizesse a minha curiosidade, podia haver muita coisa na minha vida que podia mudar. E mudou. // Às vezes, dando o primeiro passo, ou quase sempre dando o primeiro passo, é necessário dar – não é necessário, mas é quase impossível não dar mais dois ou três" (Margarida, 33 anos, origem de classe: EE).

Todavia, a realidade é, geralmente, mais complexa do que os sistemas de classificação social permitem entrever. Os afectos e a sexualidade humanos são bastante mais variáveis e plurais e a relação entre desejo, prática sexual e identidade não é linear, como tem sido, aliás, profusamente demonstrado[9]. Ora, isto significa que nem a percepção do lesbianismo como opção, nem a capacidade de lidar com a ameaça identitária que ele representa conduzem, forçosamente, à adopção de uma identidade lésbica, ainda que esta seja a tendência maioritária detectada. Isto coloca questões não só em termos de análise teórica, como também metodológica.

Quando se pretende perceber de que modo as categorias sexuais são apropriadas, modificadas e/ ou rejeitadas pelos actores, o problema mais evidente é o de decidir qual o modo mais adequado de formular certas questões. Tradicionalmente, um guião de entrevista contém uma lista de perguntas enunciadas da mesma forma, independentemente do entrevistado em causa. Mas perguntar a alguém qual é a sua "orientação sexual" tende a levar o actor a uma resposta que pressupõe já a adopção de uma certa forma de encarar a realidade que não é, necessariamente, a que melhor reflecte o seu ponto de vista.

Para evitar esta situação, preferiu-se seguir uma postura distinta, que consistiu em perguntar às entrevistadas se adoptavam, para si próprias, alguma definição em termos sexuais. Deste modo, permitiu-se que cada uma delas se exprimisse nos seus próprios termos. Concomitantemente, nas questões seguintes procedeu-se a um ajuste da terminologia em função da resposta inicial obtida. Assim, se uma mulher se definia como lésbica, passou a adoptar-se, além deste termo, expressões dele derivadas, como lesbianismo; se, pelo contrário, declarava ser homossexual, passou-se a adoptar expressões como homossexualidade ao longo da entrevista; se declarava não conseguir definir-se em termos de identidade sexual, então, adoptavam-se termos ou expressões neutras provenientes do seu próprio discurso, como "atracção por..."; e assim sucessivamente.

Este procedimento relativamente heterodoxo de aplicação do guião de entrevista permitiu, simultaneamente, atingir, por um lado, um dos objectivos centrais da investigação – compreender e explicar os processos diferenciais de apropriação das classificações dominantes – e, por outro, garantir uma maior aproximação aos entendimentos dos actores sobre si próprios e nos seus próprios termos. Refira-se, entretanto, que, em qualquer caso, a adopção de uma qualquer determinada definição identi-

[9] A este propósito, vejam-se, e.g., o estudo inaugural de Kinsey, Pomeroy, Martin e Gebhard ([1948] 1972; [1953] 1970) ou McWhirter, Sanders e Reinisch (1990) para uma discussão alargada desta temática.

tária passou sempre pela exploração dos seus conteúdos, assegurando, deste modo, a comparabilidade dos dados recolhidos.

Foi possível encontrar, nas histórias de vida recolhidas, dissemelhanças e proximidades entre as entrevistadas a este nível, de acordo com um conjunto de variáveis intervenientes que traduzem a presença de certas condicionantes estruturais, em particular, a pertença geracional, a origem geográfica (meio urbano/ rural) e a origem de classe. Estas variáveis revelaram um potencial explicativo das diferenças encontradas, quer em termos da equiparação da admissão de sentimentos homo-eróticos a um momento crítico, quer dos modos de lidar com este e com o seu desfecho, nomeadamente através da adopção (ou recusa) de uma identidade sexual particular. A influência destas variáveis é dupla: ela liga-se às características incorporadas do género, associadas, por um lado, aos contextos sócio-históricos que definem o período de adolescência e início da idade adulta das mulheres e, por outro, aos padrões típicos da classe e às possibilidades diferenciais de acesso a um conjunto de recursos que a posição de classe faculta, nomeadamente, a presença e/ ou a possibilidade de acesso a modelos de representação e de vivência da sexualidade e dos afectos alternativos ao heterossexual.

Foi, ainda, possível detectar a presença de outras variáveis intervenientes neste processo, ligadas às trajectórias de vida particulares, ainda que com ligação às primeiras. Neste caso, estão em causa os contextos microssociais em que as entrevistadas se movem, ou passam, a partir de determinado momento, a mover-se, incluindo, em particular, a formação e as características dos seus grupos de pares (incluindo o acesso a comunidades gays e lésbicas), que se podem revelar mais ou menos favoráveis à expressão e à vivência do homo-erotismo. A determinação destas ligações foi possível cruzando os conteúdos das narrativas com a caracterização sociodemográfica das entrevistadas, obtida a partir dos dados do questionário.

Do total de dezoito entrevistadas, seis definiam-se como "homossexuais", quatro como "lésbicas", duas usavam indiferentemente ambos os termos, uma preferia o termo "gay", três recusavam ou resistiam à adopção de qualquer definição por a considerarem irrelevante do ponto de vista pessoal e duas declararam não conseguir definir-se em termos de identidade sexual. Cruzando os conteúdos das narrativas com as variáveis referidas foi possível verificar que o termo "homossexual" tendia a ser preferido pelas mulheres mais velhas, ao passo que o termo "lésbica" tendia a ser mais adoptado à medida que a idade decrescia.

A explicação para esta diferença parece residir nas características dos contextos de socialização. Os conteúdos das entrevistas ilustram, no caso das mulheres mais velhas, a dificuldade de acesso quer a vocabulários de motivos, quer a vocabulário *tout court* que lhes permitisse, à data em que iniciam as suas primeiras relações homo-eróticas, enquadrar os seus sentimentos e experiências. O contacto com comunidades gays e lésbicas, e, portanto, o acesso aos seus guiões próprios, é difícil e, geralmente, tardio, sobretudo para aquelas que viviam longe dos grandes centros urbanos, e a terminologia dominante durante o seu período de adolescência e início da idade adulta remete para a categoria clínica da homossexualidade. Inversamente, as mulheres mais jovens vivem os seus primeiros relacionamentos homo-eróticos num momento em que,

em Portugal, o activismo gay e lésbico começa a ter projecção pública e em que o contacto com aquelas comunidades pode ser mais facilmente conseguido, mesmo que indirectamente, através da expansão do acesso à *World Wide Web*.

Declarações como as de Zulmira (47 anos, origem de classe: EE), que "não tinha coisíssima nenhuma a não ser o sentir... Só os sentimentos, porque, basicamente, informação não tinha quase nada", razão pela qual "não chamava nome nenhum a nada que era para não dizer asneiras", ou de Antónia (54 anos, origem de classe: PTE), que recorda que "nunca se dizia a palavra. Homossexualidade era uma palavra que não existia", contrastam, assim, claramente com as das entrevistadas mais jovens, como Paula (23 anos, origem de classe: EDL), que se lembra que, à data da sua primeira paixão, "havia uma espécie de boom em relação a esse assunto porque estava na moda falar de gays e lésbicas, montes de reportagens na SIC... // Só não apanhava quem não queria".

Estas alterações terminológicas, com impactos nas identidades reclamadas das mulheres, haviam sido já notadas por Ponse (1978), que as relaciona, em especial, com a acção do activismo lésbico, apostado, por um lado, na distinção dos significados associados aos termos "homossexual", "gay" e "lésbica", e favorecendo este último por o considerar distintivo face aos primeiros, vistos como mais apropriados para os homens; e, por outro lado, à tentativa de eliminar o estigma que lhe está associado, visando a sua revalorização. O caso mais paradigmático dos efeitos desta acção está plasmado na descrição de Antónia (54 anos, origem de classe: PTE), que diz que só passou a definir-se como lésbica "Para aí há dois anos, porque antes era outras coisas. Antes era homossexual", e que justifica a sua recusa em se definir como lésbica "Porque a palavra «lésbica» tinha uma carga muito negativa". Ora, a alteração enunciada por esta entrevistada, que se refere não só à terminologia, mas também a uma modificação da percepção dos significados associados às diferentes palavras parece reflectir, na verdade, o trabalho levado a cabo pela associação lésbica de que passou a fazer parte sensivelmente na mesma altura, o Clube Safo.

O ajustamento do guião de entrevista às terminologias das entrevistadas permitiu, entretanto, fazer emergir estratégias de nomeação características dos seus grupos de sociabilidade particulares, que operam como um código comum entre os seus membros, excluindo, ao mesmo tempo, da comunicação aqueles que deles não fazem parte. Estas estratégias, igualmente reveladoras da ambivalência associada à adopção de um rótulo que não deixa de ser estigmatizante, podem saldar-se quer na adaptação de denominações correntes – "o termo correcto é lésbica, portanto, digo «lés»" (Zulmira, 47 anos, origem de classe: EE) –, quer na apropriação de palavras de uso comum e não ligadas ao domínio da sexualidade por associação da sua sonoridade às categorias sexuais – "o «homossexual» leva a «homo». // «Omo», e eu costumo dizer «Presto»... Às vezes, na brincadeira, até, com a Maria, costumo dizer «Olha ali mais uma Presto»..." (Alexandra, 37 anos, origem de classe: EDL)[10] –, quer numa apropriação dessas categorias que se pretende lúdica nos contextos apropriados – "com amigos que sabem – especialmente amigos com a mesma orientação, com homens gays

[10] «Omo» e «Presto» são duas marcas de detergente para roupa...

ou mulheres lésbicas – utilizo muito o termo «fufa». // Como muitos amigos meus que são gays utilizam o termo «bicha» no sentido, também, de algum humor" (Marisa, 37 anos, origem de classe: PTE).

Existe um outro aspecto relativamente ao qual as características dos contextos de socialização, quer em termos geracionais, quer em termos de grupos de pertença, revelam possuir potencial explicativo quer para as semelhanças, quer para as diferenças presentes nas narrativas: a relação estabelecida entre desejo erótico e identidade reclamada. Para a maior parte das mulheres entrevistadas, o desejo erótico tende a ser visto como conduzindo a uma determinada definição identitária – lésbica ou homossexual –, facto que tende a ser mais visível tanto com o aumento da idade, como com a maior centralidade da pertença a uma comunidade lésbica. São as mulheres que descrevem esta pertença como central nas suas vidas, e tanto mais quanto mais velhas são, que tendem a apresentar uma visão mais linear da relação entre desejo homo-erótico e identidade homossexual, gay ou lésbica, o que pode ser explicado, sobremaneira, pelo facto de o activismo gay e lésbico possuir um guião próprio de leitura desta relação[11]: a "trajectória gay" (Ponse, 1978), exemplificada nas "histórias de saída do armário".

Na subcultura gay, este guião estabelece um conjunto de experiências subjectivas cuja ordem pode ser mais ou menos aleatória, mas que se ligam logicamente umas às outras, e que culminam na adopção de uma identidade gay ou lésbica. Nas histórias de vida recolhidas, a sua influência pode, ainda, ser claramente deduzida tanto da relação que as próprias entrevistadas estabelecem entre a clarificação dos seus sentimentos e do lugar destes nas suas identidades e o acesso a comunidades lésbicas, como nas formas como descrevem o processo de resolução do hiato identitário provocado pelo reconhecimento do seu próprio desejo homo-erótico. A utilização de termos como "negação" (do próprio lesbianismo) (Paula, 23 anos, origem de classe: EDL), o reconhecimento de que o acesso a uma comunidade lésbica "foi como um livro onde eu fui buscar informação" (Zulmira, 47 anos, origem de classe: EE), ou de que as publicações lésbicas foram "a minha descoberta! Eu, aí, descobri!" (Beatriz, 33 anos, origem de classe: EE) são exemplificativos do que acabamos de afirmar, ilustrando aquilo a que Goffman (1996: 142) chamou o "efeito de carreira".

Mas se a maioria das mulheres entrevistadas tende a conformar-se a esta visão e ao seu desfecho – pese embora com muito menos certezas do que o guião da "trajectória gay" pretende fazer crer –, há também aquelas que o não fazem. Os casos mais paradigmáticos são elucidativos de alterações contextuais – como a disseminação mais recente das teorias construtivistas, que colocam a tónica no questionamento das categorias sociais/ sexuais –, com reflexos, portanto, nos contextos de socialização geracional, porém atravessadas pela influência da classe e por características específicas das trajectórias de vida individuais.

Assim, se entre as entrevistadas mais jovens é possível verificar um certo des-

[11] De resto, inspirado em noções similares às que é possível encontrar nas teses dominantes relativas ao desenvolvimento da identidade gay ou lésbica, que tendem a apresentar-se como formas reificadas e de reificação de identidades distintas e/ ou "essenciais" e com um desfecho previsível e estável. Para uma revisão destas teses, consultem-se, e.g., Appleby e Anastas (1998), Gonsiorek e Rudolph (1991: 161-176), Troiden (1988), Gagnon e Simon (1977), Plummer (1996) e McCarn e Fassinger (1996).

ligamento do desejo erótico face à identidade sexual, ambos encarados como mais fluidos e multidimensionais do que aquele guião pretende fazer crer – "eu diria que não me considero exactamente homossexual. Simplesmente, não ponho um entrave a uma relação homossexual, não me sinto mal nela, do mesmo modo que não me sinto necessariamente mal numa relação heterossexual... É quase como se eu visse as pessoas indiferentemente do sexo" (Sofia, 24 anos, origem de classe: PTE); "Gosto de pessoas e pronto, não preciso de dizer que sou homossexual ou o que quer que seja... Nunca pensei nisso, nunca tive necessidade de dizer «Eu sou isto, eu sou aquilo»..." (Luísa, 24 anos, origem de classe: PTE) –, a classe e as oportunidades que faculta em termos de acesso a recursos discursivos alternativos, tanto como a recursos materiais que possibilitam diferentes estilos de vida, e as marcas de trajectórias de vida que facultam o acesso a contextos de sociabilidade pelo menos mais favoráveis à vivência do homo-erotismo, parecem estar na base de um postura de recusa em adoptar uma identidade entendida como restritiva: "A pessoa não tem nada que, à partida, dizer: «Eu sou dos amarelos! Quem aparecer, se não for amarelo, é melhor desistir porque não há hipótese! Eu sou dos amarelos!» A ambiguidade faz parte da vida. As pessoas são todas bissexuais, são todas homossexuais... As pessoas são isso tudo se tiverem oportunidade de experimentar..." (Teresa, 52 anos, origem de classe: PTE).

Das narrativas de quase todas as entrevistadas que não oferecem uma definição de si próprias a este nível ressaltam características comuns que as aproximam de uma identidade *queer*[12]: a crença na não linearidade entre sexualidade, afectos e identidade e o questionamento e/ ou a redução da importância das categorias sexuais. Onde este discurso surge de forma mais articulada é na narrativa de Catarina, académica, ligada ao mundo das artes e proveniente de uma família de Profissionais Técnicos e de Enquadramento: "Acho que a pergunta nunca está muito bem formulada... Não é a tua pergunta, é a pergunta que o mundo se põe sobre... // [...] essa visão do tema já é uma visão que é uma linguagem contextual... Quer dizer, neste contexto fala-se de orientação sexual, o que, noutra cultura qualquer, noutro contexto qualquer, é ver o problema pelo lado errado! // Isso já é uma construção, já responde..." (Catarina, 35 anos, origem de classe: PTE).

As mulheres que adoptam esta postura são praticamente todas originárias de famílias de Profissionais Técnicos e de Enquadramento, têm formação superior, encontram-se directa ou indirectamente ligadas aos mundos das artes e/ ou das ciências sociais (Sociologia e Psicologia) e os seus grupos de pares são descritos como conhecedores das suas preferências e apoiantes.

Estamos, portanto, na presença de factores explicativos diversos que se entrecruzam com trajectórias de vida particulares: por um lado, as teses da abordagem *queer*

[12] Com epicentro nos estudos literários e fortemente influenciada pelo construtivismo, a *queer theory* salienta as relações fluidas, incoerentes e instáveis entre corpo, sexo, género e desejo, questiona a existência de fronteiras estáveis entre "normalidade" e "desvio" e pretende pôr em causa a hetero-normatividade (Dynes, s.d.; Jagose, 1996; Penn, 1995). Recuperando um termo com uma conotação originalmente injuriosa – *queer* é uma expressão possível do insulto homofóbico, significando, neste caso, bicha ou maricas –, pretende unir sob ele todas as formas de conduta e de identificação proscritos, "estranhos", isto é, não conformes. Porém, ao fazê-lo, questiona, simultaneamente, a estabilidade de qualquer identidade, incluindo a identidade gay e lésbica. Na verdade, como sublinha Jagose (1996: 3) *queer* é "uma categoria de identidade que não tem interesse em consolidar-se, ou mesmo em estabilizar-se", "é menos uma identidade do que uma crítica da identidade".

não têm sido grandemente divulgadas entre nós, o que poderá estar, em parte, ligado ao facto de o activismo gay e lésbico ser ainda recente em Portugal. Historicamente, a sua implantação noutros países esteve ligada à defesa de uma política da identidade, i.e., à construção e defesa de identidades estáveis, e, portanto, de um espaço a partir do qual é possível formular um discurso contrário e mobilizar os indivíduos para a acção. Inversamente, a adopção de um ponto de vista *queer* pode ser lida como um enfraquecimento da força política deste activismo pela diluição das fronteiras desse espaço (Walters, 1996). Entre nós, as estratégias adoptadas pelas associações gays e lésbicas têm-se também orientado maioritariamente por uma política da identidade. A divulgação do projecto *queer* tem estado confinada a círculos relativamente restritos, designadamente o meio académico e os circuitos das artes. Por outro lado, parecem estar também em causa as transformações por que passaram as sociedades ocidentais nas últimas décadas, nomeadamente por acção do próprio movimento gay e lésbico, que se traduziram numa convivência mais fácil entre expressões identitárias e sexuais alternativas (Stein, 1997; Faderman, 1992; Seidman, 2004). Assim, pelo menos nalguns casos, é de supor que os circuitos de sociabilidade de uma parte da população e, em particular, os grupos de pares destas mulheres, sejam, igualmente, se não mais respeitadores das suas opções de vida, pelo menos mais tolerantes em relação a elas. Finalmente, a origem de classe, conjugada com o efeito de trajectória, parece estar também em causa. Histórica e sociologicamente, a fracção dominada da classe dominante tem recusado a assimilação do indivíduo ao grupo, marcando, pelo contrário, o seu direito à livre expressão como forma de realização pessoal (Faderman, 1992; Bourdieu, 1979). A individualidade, a unicidade do ser humano, é valorizada *per se*. Além disso, trata-se de uma fracção de classe dotada de um elevado capital cultural, cuja posição no espaço social atribui aos seus membros condições particulares de acesso aos recursos que facilitam a formulação de um contra-discurso (Bourdieu, 1984; 1989).

Assim, as características dos contextos sociais em que as mulheres se movem, onde se entrecruzam influências de classe e geracionais com efeitos de trajectória, fazem com que as suas identidades reclamadas reflictam também graus variáveis de pressão no sentido da conformidade a categorias definidas de modo mais ou menos estanque. Os recursos a que podem aceder no processo de construção das suas identidades estão, obviamente, ligados a determinantes que elas não controlam e que lhes facultam instrumentos distintos de leitura das suas vivências com impactos ao nível das suas identidades. Mas estas dependem, igualmente, de uma trajectória de vida particular e das avaliações que cada mulher faz da consonância entre essa trajectória e os modelos de identificação que, em cada momento, lhe são propostos.

Nota conclusiva

A identidade é uma estabilização temporária, uma forma provisória de organizar o Eu e o ambiente de modo a que surjam ambos como estáveis e previsíveis. As histórias de vida recolhidas mostram que esta estabilização resulta de um esforço activo de um sujeito que se constrói sob a influência da sua época e dos recursos – modelos

de identificação, sistemas de classificação social, vocabulários de motivos – que esta lhe oferece, mas permitem também ver *como* o faz.

Os resultados obtidos nesta investigação destacam a relevância dos processos de classificação social na construção da identidade, patente no facto de o reconhecimento do próprio desejo homo-erótico implicar que uma mulher se posicione face a uma categoria particular e socialmente estigmatizada – a lésbica. Esse posicionamento está intimamente ligado à sua posição no espaço social. Mas concentrando a atenção não exclusivamente no nível macro, mas também microssociológico, é possível ver, em acção, um sujeito capaz de contrariar as lógicas reguladoras e os processos classificatórios que pretendem impor-lhe a conformidade a identidades e estatutos particulares e as condições sob as quais isto pode ser feito.

A metodologia adoptada, que passou pela inclusão do conhecimento e das lógicas do actor na análise sociológica, revela uma capacidade excepcional de desvendamento do seu papel activo na definição do que é e do que pretende ser. Em cada história de vida singular é possível verificar a presença interactuante das lógicas de classificação social, a influência de condições particulares de socialização, os limites sociais da acção e do pensamento, mas também a irredutibilidade do sujeito às suas circunstâncias, a sua capacidade de se situar para além da ordem social que lhe é mostrada e a que pertence. Os modelos de identificação são apropriados e actualizados pelo actor, mas, nesse processo, são também modificados, deslocados, recombinados. Outros são rejeitados. Em qualquer caso, constituem fragmentos identitários que nunca reflectem exactamente os tipos sociais disponíveis, quaisquer que estes sejam. Mais exactamente, esses fragmentos influenciam-se de múltiplas maneiras, produzem resultados distintos, resultado de uma experiência de vida sempre única.

Tomando como objecto de análise um conjunto de casos particulares, é possível verificar tanto a influência de determinantes macrossociológicas nos processos de construção identitária, como a importância central de incluir na explicação sociológica o contributo dos actores. O modo como estes pensam e se posicionam face aos seus contextos particulares e os seus discursos mostram, por um lado, a presença de elementos condicionadores da conduta a que não podem aceder plenamente e, por outro, a sua compreensão de certas lógicas de funcionamento da realidade social e a sua resistência a essas lógicas. É o modo como os actores pensam esta realidade, independentemente de essa forma de pensamento não assumir as características da explicação científica, que determina a sua acção e o significado que atribuem à acção dos outros. Uma parte da explicação sociológica passa, portanto, pela compreensão da dimensão subjectiva da realidade enquanto elemento integrante e fundamental do seu objecto. Ela exige, todavia, a elucidação das relações e das condições que ultrapassam o sujeito e a sua vontade. E esta última tarefa depende menos da metodologia de investigação adoptada do que da postura do investigador, a quem compete restituir tais relações.

Bibliografia

APPLEBY, George Alan, ANASTAS, Jeane W. (eds.) (1998), *Not Just a passing Phase: Social work with gay, lesbian, and bisexual people*, New York, Columbia University Press

ATKINSON, Robert (2002), "The Life Story Interview", in Jaber F. Gubrium & James A. Holstein (eds.), *Handbook of Interview Research*, Thousand Oaks, Sage, pp. 121-140

BECKER, Howard S. (1994), *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*, São Paulo, Editora Hucitec

BECKER, Howard S. (1986), "Biographie et mosaïque scientifique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62/ 63, pp. 105-110

BERTAUX, Daniel (1997), *Les récits de vie: Perspective ethnosociologique*, Paris, Editions Nathan

BERTAUX, Daniel (1986), "Fonctions diverses des récits de vie dans le processus de recherche", in Danielle Desmarais & Paul Grell (eds.), *Les récits de vie: Théorie, méthode et trajectoires types*, Montreal, Editions Saint-Martin, pp. 21-34

BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel

BOURDIEU, Pierre (1984), *Questions de Sociologie*, Paris, Les Editions de Minuit

BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction: Critique sociale du jugement*, Paris, Les Editions de Minuit

BRANDÃO, Ana Maria (2007), *"E se tu fosses um rapaz?": Homo-erotismo feminino e construção social da identidade*, Dissertação de doutoramento em Sociologia, Universidade do Minho

BROOTEN, Bernadette J. (1996), *Love Between Women: Early Christian responses to female homoeroticism*, Chicago, The University of Chicago Press

BURGUESS, Robert G. (1997), *A Pesquisa de Terreno: Uma introdução*, Oeiras, Celta

CHARMAZ, Kathy (2002), "Qualitative interviewing and grounded theory Analysis", in Jaber F. Gubrium & James A. Holstein (eds.), *Handbook of Interview Research*, Thousand Oaks, Sage, pp. 675-694

COLLINS, Randall (1992), "The romanticism of agency/ structure versus the analysis of micro/ macro", *Current Sociology*, 40 (1) pp. 77-97

DE GAULEJAC, Vincent (1995), "Sociologie et psychanalyse des récits de vie: Contradictions et complémentarités", *Current Sociology*, 43 (2/ 3,) pp. 19-26

DENZIN, Norman K. (1989), *Interpretive Biography*, Newbury Park, Sage

DIGNEFFE, Françoise, BECKERS, Myriam, (1997), "Do individual ao social: A abordagem biográfica", in Luc Albarello, Françoise Digneffe, Jean-Pierre Hiernaux, Christina Maroy, Danielle Ruquoy & Pierre de Saint-Georges, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, pp. 203-245

DOUGLAS, Mary (1994), *Purity and Danger: An analysis of the concepts of pollution and taboo*, London, Routledge

DURKHEIM, Émile (1996), *O Suicídio*, Lisboa, Editorial Presença

DYNES, Wayne R. (s.d.), "Queer Studies: In search of a discipline" [Online], Disponível: *http//www.fc.net/ãrathus/other/queer_studies_in_search_of_a_discipline.txt* [1999, 27 de Junho]

FADERMAN, Lilian (1992), *Odd Girls and Twilight Lovers: A history of lesbian life in twentieth-century America*, s.l., Penguin Books

FERRAROTTI, Franco (1983), *Histoire et Histoires de Vie: La méthode biographique dans les sciences sociales*, Paris, Librairie des Méridiens

GAGNON, John H., SIMON, Wiliam (1977), *Sexual Conduct: The social sources of human sexuality*, Chicago, Aldine Publishing Company

GIDDENS, Anthony (1997), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta

GOFFMAN, Erving (1996), *Manicômios, Prisões e Conventos*, São Paulo, Editora Perspectiva

GONSIOREK, John C., RUDOLPH, James R. (1991), "Homosexual Identity: Coming out and other developmental events", in John C. Gonsiorek & James D. Weinrich (eds.), *Homosexuality: Research Implications for public policy*, London, Sage, pp. 161-176

GRELL, Paul (1986), "Une méthodologie pour dépasser les realités partielles", in Danielle Desmarais & Paul Grell (eds.), *Les récits de vie: Théorie, méthode et trajectoires types*, Montreal, Editions Saint-Martin, pp. 151-176

HAMEL, Jacques (1992), "On the status of singularity in Sociology", *Current Sociology*, 40 (1), pp. 99-119

HAMEL, Jacques, DUFOUR, Stéphane, FORTIN, Dominic (1993), *Case Study Methods*, Newbury Park, Sage

HOERNING, Erika M., ALHEIT, Peter (1995), "Biographical socialization", *Current Sociology*, 43 (2/ 3), pp. 101-114

HOULE, Gilles (1986), "Histoires et récits de vie: la redécouverte obligée du sens commun", in Danielle Desmarais & Paul Grell (eds.), *Les récits de vie: Théorie, méthode et trajectoires types*, Montreal, Editions Saint-Martin, pp. 35-51

JAGOSE, Annamarie (1996), "Queer Theory" [Online], Disponível: *http://www.lib.latrobe.edu.au/AHR/archive/Issue-Dec-1996/jagose.html* [1999, 22 de Julho]

KINSEY, Alfred C., POMEROY, W.B., MARTIN, C.E., GEBHARD, P.H. ([1948] 1972), *O Comportamento Sexual do Homem*, Lisboa, Editora Meridiano

KINSEY, Alfred C., POMEROY, W.B., MARTIN, C.E., GEBHARD, P.H. ([1953] 1970), *O Comportamento Sexual da Mulher*, Lisboa, Editora Meridiano

LAHIRE, Bernard (2004), *Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável*, São Paulo, Ática

LAHIRE, Bernard (2005), "Patrimónios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, pp. 11-42

MACHADO, Fernando Luís, COSTA, António Firmino da, MAURITTI, Rosário, MARTINS, Susana da Cruz, CASANOVA, José Luís, ALMEIDA, João Ferreira de (2003), "Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80

McCARN, Susan R., FASSINGER, Ruth E. (1996), "Revisioning sexual minority identity formation: A new model of lesbian identity and its implications for counselling and research", *Counseling Psychologist*, 24 (3), pp. 508-534

MCWHIRTER, David P., SANDERS, Stephanie A., REINISCH, June Machover (eds.) (1990), *Homosexuality/ Heterosexuality: Concepts of sexual orientation*, New York, Oxford University Press

PENN, Donna (1995), "Queer: Theorizing politics and history", *Radical History Review*, 62, pp. 24-42

PINTO, Louis (1990), "Expérience vécue et exigence scientifique d'objectivité », in Patrick Champagne, Rémi Lenoir, Dominique Merllié & Louis Pinto, *Initiation à la Pratique Sociologique*, Paris, Dunod, pp. 7-50

PLUMMER, Ken (1996), "Symbolic Interactionism and the Forms of Homosexuality", in Steve Seidman (ed.), *Queer Theory/ Sociology*, Cornwall, Blackwell, pp. 64-82

PONSE, Barbara (1978), *Identities in the Lesbian World: The social construction of self*, Westport, Greenwood Press

RICH, Adrienne (1980), "Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence", *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 5 (4), pp. 631-660

SCHÜTZ, Alfred (1964), *Collected Papers: Studies in social theory*, The Hague, Martinus Nijhoff

SCHÜTZ, Alfred (1962), *Collected Papers: The problem of social reality*, The Hague, Martinus Nijhoff

SEIDMAN, Steven (2004), *Beyond the Closet: The transformation of gay and lesbian life*, New York, Routledge

SIMMEL, Georg (2001), "The metropolis and mental life", in Jeffrey Alexander (ed.), *Mainstream and Critical Social Theory: Classical, modern and contemporary*, vol. II, London, Sage, pp. 161-172

STEIN, Arlene (1997), *Sex and Sensibility: Stories of a lesbian generation*, Berkeley, University of California Press

STRAUSS, Anselm L. (2002), *Mirrors and Masks: The search for identity*, New Brunswick, Transaction Publishers

STRAUSS, Anselm, CORBIN, Juliet (1990), *Basics of Qualitative Research: Grounded Theory procedures and techniques*, Newbury Park, Sage

THOMAS, W.I., ZNANIECKI, Florian (1958), *The Polish Peasant in Europe and America I*, New York, Dover Publications

TOURAINE, Alain (1982), *Pela Sociologia*, Lisboa, D. Quixote

TROIDEN, Richard (1988), *Gay and Lesbian Identity: A sociological analysis*, New York, General Hall

WALTERS, Suzanna Danuta (1996), "From here to queer: Radical feminism, postmodernism, and the lesbian menace (or, why can't a woman be more like a fag?)", *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 21 (4)

YIN, Robert K. (1994), *Case Study Research: Design and methods*, Thousand Oaks, Sage

Título: CONFIGURAÇÕES 3 2007

Director: Manuel Carlos Silva

Directora-adjunta: Helena Machado

Conselho Consultivo: Ana Nunes de Almeida (ICS, Univ. Lisboa), António Colomer (Univ. Politécnica de Valência), António Lucas Marín (Univ. Complutense); Carlos Alberto da Silva (Univ. Évora), Claude-Michel Loriaux (Univ. Católica de Louvaina), Daniel Bertaux (CNRS, Paris), Elísio Estanque (Univ. Coimbra), François de Singly (Univ. René Descartes-Sorbonne), François Dubet (Univ. Bordéus); Hermínio Martins (St Antony's College, Univ. Oxford), Ilona Kovács (Univ. Técnica de Lisboa); James R. Taylor (Univ. Montreal), João Arriscado Nunes (Univ. Coimbra), João Ferreira de Almeida (ISCTE, Lisboa), João Teixeira Lopes (Univ. Porto), John Law (Univ. Lancaster), José Bragança de Miranda (Univ. Nova Lisboa), José Carlos Venâncio (Univ. Beira Interior), José Madureira Pinto (Univ. Porto), José Manuel Sobral (ICS, Univ. Lisboa), José Maria Carvalho Ferreira (Univ. Técnica de Lisboa), Loïc Wacquant (Univ. Califórnia, Berkeley), Luís Baptista (Univ. Nova de Lisboa), Maria Beatriz da Rocha Trindade (Univ. Aberta), Manuel Villaverde Cabral (ICS, Univ. Lisboa), Manuela Ribeiro (Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro), Maria Ioannis Baganha (Univ. Coimbra), Michel Maffesoli (Univ. Paris V, Sorbonne), Ramón Máiz (Univ. Santiago de Compostela), Raymond Massé (Univ. Laval), Renato Lessa (Univ. Fluminense), Veit Bader (Univ. Amesterdão).

Conselho Científico: Emília Rodrigues Araújo, Ana Maria Brandão, António Joaquim Costa, Manuel da Silva e Costa, Ivo Domingues, Maria Engrácia Leandro, Helena Machado, Ana Paula Marques, Maria Paula Mascarenhas, Alice Matos, Teresa Mora, Rita Ribeiro, Manuel Carlos Silva, Carlos Veloso da Veiga, Fernando Bessa Ribeiro (UTAD), Manuela Ribeiro (UTAD), Sheila Khan (Univ. Manchester).

Conselho de Redacção: Ana Maria Duarte, Baltazar Ricardo Monteiro, Carlota Fernandes dos Santos, Fernanda Maria Nogueira, Francisco de Azevedo Mendes, Hélder da Costa Machado, José Fernando Bessa Ribeiro, José Guilherme Leite, José Manuel Machado, José Pinheiro Neves, Manuel Carvalho da Silva, Manuela Ivone Cunha, Maria de Fátima Ferreira, Maria Eugénia Rodrigues, Maria Manuela Ribeiro, Maria Norberta Amorim, Miguel de Melo Bandeira, Telmo Caria, Victor Manuel Rodrigues, Vera Duarte.

Secretariado: Sofia Oliveira (sofiaoliveira@ics.uminho.pt)

Propriedade, redacção e administração: CICS - Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho, 4710-057 Braga - Portugal. Telef.: 253 604 695. Fax: 253 604 696. <www.cics.uminho.pt>

Coordenadores deste número: Emília Araújo, Ana Brandão, Joaquim Costa, Rita Ribeiro

Normas para apresentação e avaliação de artigos:
Apresentação de originais: os textos propostos para publicação devem seguir as normas sugeridas na parte final da revista.
Avaliação de artigos: os artigos propostos serão submetidos a parecer de especialistas das áreas respectivas, em regime de anonimato. A listagem de avaliadores será publicada cumulativamente cada dois anos. A decisão final cabe ao(s) coordenador(es) de cada número e, em última instância, à Direcção do CICS.
Os textos podem ser publicados em português, espanhol, francês e inglês.
Correspondência (incluindo assinaturas): Revista *Configurações*, a/c Dr.ª Sofia Oliveira, Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710-057 Braga.

Apoios: A edição deste número foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Edição: *Configurações* é editada semestralmente (2 números/ano ou 1 número duplo) pelo CICS - Centro de de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, 4710-057 Braga, em colaboração com Campo das Letras Editores, S.A., Edifício Mota Galiza, Rua Júlio Dinis, 247, 6.ºE1 - 4050-324 Porto. Telef. 22 60 80 870 / Fax. 22 60 80 880 / E-mail: campo.letras@mail.telepac.pt / site: www.campo-letras.pt

Assinatura Anual: Portugal, países de expressão portuguesa e Espanha: 20 euros. Outros países: 25 euros.
Preço deste número: 12 euros.

Fotografia da capa: Abigail Ascenso

Tiragem: 1000 exemplares

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. - V. N. de Famalicão
ISSN: 1646-5075

Depósito Legal nº: 246289/06

Solicita-se permuta. Exchange wanted. On prie l'échange. Solicitamos cambio.

Esta revista prossegue a série de Sociologia (6 números) de *Sociedade e Cultura* da revista *Cadernos do Noroeste*.